



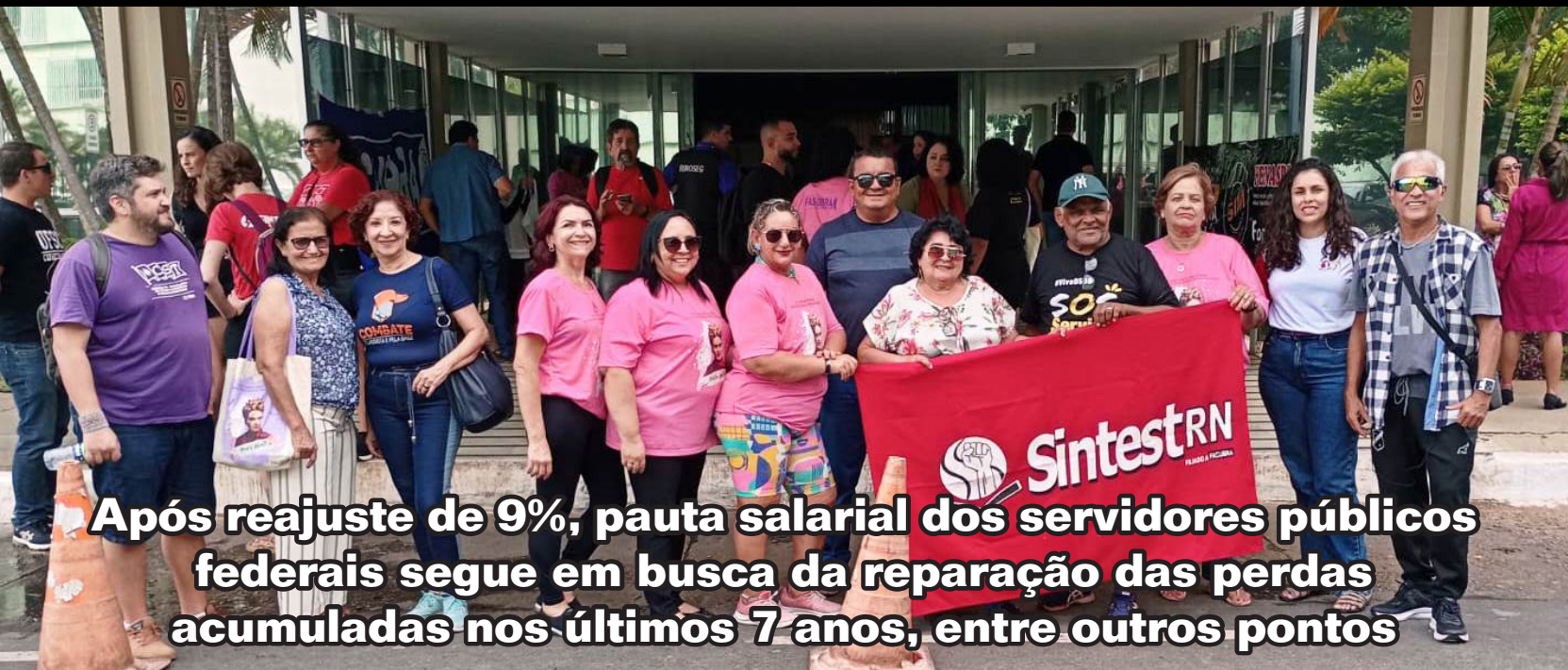
INFORMATIVO

MAIO 2023 [®]

SintestRN

Edição Especial XXIV Confasubra

Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior do RN - Rua das Angélicas, 225 - Mirassol, Natal / RN - CEP: 59078 - 130



Após reajuste de 9%, pauta salarial dos servidores públicos federais segue em busca da reparação das perdas acumuladas nos últimos 7 anos, entre outros pontos

O Congresso Nacional aprovou no dia 26 de abril, o Projeto de Lei (PLN) Nº 2/2023 sobre o reajuste linear de 9% para servidores ativos, aposentados e pensionistas, além do aumento de R\$ 200 no auxílio-alimentação. Foram sete longos anos sem reajuste salarial e sem qualquer diálogo com os governos anteriores.

O reajuste é resultado da negociação entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) na Mesa Permanente de Negociação com os servidores, reaberta em fevereiro deste ano, e apesar do **índice estar muito aquém das perdas monetárias desses últimos anos, que chega a mais de 50%**, podemos destacar a abertura de diálogo como um avanço significativo nas relações dos servidores com o atual Governo Federal.

Contudo, a luta pela Campanha Salarial de 2024 através da articulação dos sindicatos, centrais e federações já começou, pois a conquista de um reajuste (ainda que mínimo) já nos meses iniciais do novo governo representa apenas **uma pequena parte da pauta de reivindicações dos servidores públicos e ainda há muito para avançar!**

Não podemos ignorar as medidas destruidoras do governo genocida de Bolsonaro, através da edição de decretos e normas que afetaram diretamente a vida dos servidores públicos e seus direitos trabalhistas. Por isso, uma das pautas urgentes é que o atual governo dê um fim a essas medidas nefastas promovendo um **“revogação”**. Além disso, é preciso abrir imediatamente as **mesas de negociação**, de modo a atender às necessidades específicas de cada categoria. Não abrimos mão destas pautas e devemos aproveitar esse momento em que mais de mil delegados estão em Brasília para pressionar o governo. Seria uma forma de cobrarmos o seu comprometimento com a valorização dos servidores públicos e o fortalecimento da democracia.

Sobre o **“arcabouço fiscal”**, que nada mais é do que um Teto dos Gastos disfarçado, já que o objetivo é o mesmo: controlar os gastos públicos, somos críticos no tocante à restrição da ampliação de investimentos, especialmente em áreas essenciais como saúde, educação, infraestrutura e programas sociais. Não se enganem! A nova regra fiscal tende a ser

um empecilho às nossas pautas salariais.

Para 2024 está claro que devemos lutar, ainda, pela **isonomia de benefícios** (auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-saúde e auxílio-creche) entre os servidores do poder judiciário, legislativo e executivo. A desproporcionalidade nos valores gera diferenças significativas na remuneração e nas condições de trabalho entre os servidores de cada poder. É fundamental garantir um tratamento justo e igualitário a todos os trabalhadores (as) para que não haja servidores com cargos e funções semelhantes com remunerações e benefícios diferentes apenas por trabalharem em poderes distintos.

Por fim, queremos dizer que nesse processo é essencial que a luta sindical continue ativa e forte, reivindicando a reposição das perdas salariais acumuladas, nenhum direito a menos, além da garantia de condições dignas de trabalho para todos os servidores públicos do Brasil.

A união da categoria é fundamental para enfrentar os desafios que ainda estão por vir e alcançar vitórias em benefício de todos e todas. Afinal, essa é uma luta coletiva!

Assembleias elegem delegados ao CONFASUBRA.
Pág. 02

SINTEST/RN completa 32 anos de fundação.
Pág. 03

Artigo sobre o Programa de Gestão e Desempenho.
Pág. 04



Foto: Danielle Castro

Assembleias do SINTEST/RN em Natal e interior elegeram 30 delegados ao XXIV Confasubra

Durante duas semanas o Sintest/RN realizou uma intensa jornada junto às bases de filiados em Natal e nas cidades do interior do Rio Grande do Norte onde o sindicato mantém Delegacias sindicais e uma Seção sindical em Mossoró.

No total foram mobilizadas cerca de 400 pessoas, num trabalho que alcançou mais de 300 eleitores de toda a base, o que garantiu a representação da entidade no XXIV Confasubra com 30 delegados.

Edson Lima, coordenador geral do

Sintest, ressaltou a retomada do movimento com vistas à maior articulação política junto aos servidores da UFRN e UFERSA, no que considera *“uma grande batalha junto à Fasubra no sentido de fortalecer a federação na luta pelos direitos dos servidores, principalmente na busca da reparação das perdas salariais dos últimos 7 anos”*.

Este momento marca o início da construção do Plano de Ação e Lutas da categoria para os próximos anos. E para esta importante missão, a delegação do Sintest/RN que estará no

XXIV Confasubra para representar os servidores da UFRN e UFERSA conta com 16 homens e 14 mulheres, sendo 12 membros da direção do sindicato e 18 da base.

Em meio a essa pluralidade há 3 vigilantes, 9 servidores dos hospitais universitários e 4 aposentados. Além disso, há representantes negros e negras, servidores e servidoras novas, outros mais antigos, enfim, uma boa mescla que torna a delegação do Sintest apta para intervir nos debates, grupos de trabalho e mesas temáticas com qualidade.



Fotos: Danielle Castro

EDITORIAL

Por uma Fasubra soberana e sem amarras com governos de plantão!

O Informativo do Sintest, nessa edição especial XXIV Confasubra, vem inicialmente saudar os membros das delegações, sejam delegados, delegadas, observadores e observadoras, demais convidados, somando aproximadamente 1.200 participantes de todo o Brasil, que estarão debatendo os rumos da categoria e da federação para o próximo período. O Sintest/RN, através de um grande esforço de mobilização fez a sua parte através da realização de cinco assembleias na base da UFRN e quatro na base da UFERSA em seus campi espalhados na capital e interior do Rio Grande do Norte.

Nesse editorial queremos relembrar o que foi o período que se encerrou no dia 01/01/2023, com a posse de um novo governo. Foram anos de muitas incertezas quanto aos rumos políticos do país e das instituições. De tristeza com a perda de milhares de parentes e amigos vítimas da política negacionista no combate à Covid 19 por parte do governo que se foi.

A vitória do Lula foi muito importante do ponto de vista de retorno à esperança por dias melhores, de mais respeito às instituições e ao povo brasileiro.

O início do novo governo já é dado com novos rumos, seja na política externa, seja na economia e nas relações institu-

cionais. Na economia, um certo desafogo através da reposição emergencial de 9% nos salários e reajuste no auxílio-alimentação, mas nós entendemos que **é muito pouco e que ainda há muito a ser feito**.

E esse Confasubra se dá num momento muito importante já que nós, técnico-administrativos administrativas em educação iremos decidir os rumos da Fasubra Sindical num período que vai coincidir com o início de um novo governo de frente popular, que deverá estar em disputa por todo período.

Não poderemos fazer vista grossa às ameaças de uma extrema-direita que está aí firme e organizada. Mas não podemos abrir mão dos nossos sonhos, das nossas necessidades, da defesa da saúde e da educação pública gratuita e de qualidade referenciada. São muitos os ataques, cortes de verba, ataques à democracia e a autonomia universitária através de normas, projetos de leis, instruções normativas, e outros instrumentos que a burocracia fascista usou contra as universidades.

O novo arcabouço fiscal é uma ameaça que paira sobre nossas cabeças e precisa ser enfrentada com firmeza pelas entidades de defesa dos trabalhadores e do serviço público. Precisamos urgentemente

de uma auditoria independente na dívida externa. Precisamos garantir que não sejam retirados recursos da área social como saúde e educação para pagamento dos juros da dívida.

Nós, que fazemos o Sintest/RN, estamos aqui trazendo nossa contribuição para o debate, para a escolha da nova direção nacional da Fasubra sindical, certos de que o momento é de muita responsabilidade. Estamos firmes na defesa das nossas bandeiras históricas como a defesa dos aposentados, maior controle das ações da EBSERH, concurso público para os HUs e demais cargos vagos nas universidades.

Defenderemos com firmeza, recomposições salariais emergenciais para recuperar o nosso poder de compra e, para, além disso, tornar a nossa carreira mais atrativa para novos servidores através da atualização do PCCTAE.

Continuamos firmes e estamos prontos para defender a democracia, o serviço público, o SUS universal, mas sem abrir mão da luta em defesa de uma Fasubra soberana, sem amarras com os governos de plantão.

Sintest/RN - Direção Colegiada Estadual.

Quem somos nós

SINTEST/RN COMPLETA 32 ANOS DE FUNDAÇÃO

O SINTEST-RN é a entidade sindical constituída pelos trabalhadores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Ao longo de nossa história, nos constituímos como uma entidade plural e democrática, destituída de caráter religioso ou político partidário e autônoma em relação às administrações universitárias.

Na UFRN, nossa base de atuação engloba o Campus Central (Natal), Centro de Ensino Superior do Seridó (Campus Caicó), Faculdade de Engenharia, Letras e Ciências Sociais do Seridó (Campus Currais Novos), Escola Agrícola de Jundiá (Campus Macaíba) e a Faculdade de Ciências da Saúde do Trairi (Campus Santa Cruz). Na UFERSA, abrange o Campus Central (Mossoró), Campus Angicos, Campus Caraúbas, Campus Pau dos Ferros.

Segundo dados de março de 2022, contamos com 4.031 filiados (entre UFRN

e UFERSA). Desse total de filiados, 1.811 servidores encontram-se atualmente em atividade, 2.140 estão aposentados e 80 são pensionistas.

Quando somamos os quadros permanentes de pessoal (UFRN e UFERSA) temos 3.484 técnico-administrativos, o que representa uma taxa de sindicalização de 52%, entre os servidores ativos.

Tendo como sustentáculo político o compromisso intransigente com uma educação superior pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, o marco de fundação do SINTEST-RN data de 12 de abril de 1991. Completamos, portanto, 32 anos de funcionamento calcados numa atuação crítica e transformadora.

A história

A promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988 trouxe, entre suas modificações mais significativas, o direito a greve e de liberdade sindical para os servidores públicos. Naquela época, o sindicalismo no setor público já existia, informalmente, através das “associações

de servidores” ou outras formas de organizações diversas. Com o SINTEST/RN não foi diferente. Seu surgimento se deu dentro da Associação de Funcionários da UFRN, a AFURN, quando servidores começaram a se reunir para discutir a criação de um sindicato.

Foi então que, no dia 12 de abril de 1991, durante o 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores em Educação do 3º Grau nasceu o SINTEST/RN com uma direção provisória, composta por aqueles que trabalharam o convencimento dos colegas sobre a importância da existência de um sindicato desde 88, baseada no modelo de diretoria da FASUBRA, entidade a qual o sindicato se filiou de imediato.

Desde então, já são três décadas de atuação crítica e transformadora, de muitas lutas pautadas na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva. Trajetória esta que jamais teria sido possível sem a abnegação pessoal e o compromisso de classe insistentemente demonstrado pelos membros de nossa categoria.

Artigo

PGD – A que será que se destina?

Por Viktor Gruska

A implantação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD) no serviço público, requer uma análise crítica a partir de múltiplas dimensões que incluem seus impactos institucionais, interesses envolvidos, desafios sindicais, efeitos na saúde mental dos trabalhadores, relações interpessoais e serviços prestados.

Portanto, ao avaliar o trabalho remoto no serviço público devemos considerar sua totalidade conjuntural e seus propósitos econômicos, buscando identificar lacunas, contradições e insuficiências do modelo de teletrabalho proposto pelo governo, o qual tem suas raízes na iniciativa privada e foi introduzido na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) após a Reforma Trabalhista de 2017, que trouxe a fatídica tese “acordado sobre o legislado”.

No setor público, o governo federal editou, em 2018, normas regulamentando o trabalho remoto, prevendo a execução remota das atividades com a utilização de recursos tecnológicos e em 2020 publicou nova regulamentação para a implementação do Programa de Gestão.

A FASUBRA e SINASEFE foram incapazes de apresentar parâmetros claros para o trabalho remoto no serviço público, o que permitiu que o governo estabelecesse uma falsa dicotomia de que só existe uma forma possível de regulamentação. O governo utiliza o trabalho remoto como uma ferramenta de flexibilização das normas trabalhistas e transferência dos riscos ocupacionais e custos fixos do trabalho do órgão para o servidor. A adesão PGD é vista como uma resposta à incapacidade dos sindicatos de implementar a jornada de trabalho de 30 horas semanais para toda a categoria.

Dentre as medidas que estão ‘deformando’ o serviço público, destaco a IN nº 65/2020 e o Decreto nº 11.072/2022, como parte de um conjunto de decisões políticas baseadas no neoliberalismo adotado

pelo Brasil desde a redemocratização. Essas decisões causaram desgastes, corrosões e dilapidações no serviço público ao longo de três décadas, sem resistência significativa dos trabalhadores, alterando sua estrutura e modo de funcionamento. A ausência de um projeto de desenvolvimento nacional articulado entre partidos, sindicatos e a classe trabalhadora, somado ao abandono do trabalho de base em favor da disputa eleitoral levaram a uma interpretação isolada e de curto prazo pelos trabalhadores, que encontraram pouca resistência ao PGD.

Podemos citar alguns exemplos de medidas que causaram deformações no serviço público brasileiro, como *modificações na estabilidade e remuneração dos agentes públicos, reformas previdenciárias que eliminaram direitos dos servidores, criação da EBSERH, limitação dos investimentos públicos com o ‘Teto de Gastos’, expansão da terceirização no serviço público e normas restritivas para concursos públicos.*

No plano do Ensino Público Superior, essas deformações foram dirigidas por 2 grandes vias:

1. Supressão da capacidade de reposição e ampliação dos quadros de pessoal. Concretizada pela amarração do provimento de cargos à disponibilidade de dotação orçamentária, pela proibição de novos atos que aumentassem as despesas com pessoal e a extinção de cargos efetivos vagos no Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, além da vedação de abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais.

2. Garroteamento dos gastos discricionários (investimento e despesas correntes). A LOA de 2022 destinou R\$165 bilhões para o MEC, sendo que 83,2% são de despesas obrigatórias e apenas 16,6% são discricionárias. As dotações para a educação superior estão 7,9% abaixo do

orçamento de 2021, mas os recursos para pagamento de pessoal ativo aumentaram o mesmo montante. Isso ocorre devido ao Teto de Gastos, que limita o piso da educação aos valores de 2017 corrigidos pela inflação.

O governo federal criou medidas de ajuste fiscal que não funcionam porque permitem que os poderes ou órgãos reduzam seus gastos não-obrigatórios para comportar o aumento dos gastos obrigatórios, reduzindo cada vez mais os gastos discricionários sem afetar os gastos obrigatórios, como no caso da UFRN, em que as despesas com pessoal e encargos sociais já ocupam 86,3% do orçamento da instituição.

Assim, o trabalho remoto opera uma dinâmica de transferência de custos da instituição para o servidor, como um mecanismo de redução das despesas discricionárias (aluguéis, energia, transporte, processamento de dados, serviços de terceiros, manutenção e conservação de bens, etc).

A falácia de que os servidores públicos seriam ineficientes e onerosos ao país, ideia amplamente divulgada pelos grandes veículos de comunicação, tem servido para justificar as medidas adotadas pelo governo federal visando a redução dos gastos discricionários e a restrição do orçamento das instituições públicas.

Por fim, nessa relação entre mercado e trabalho, a lógica produtiva de maximização dos lucros leva à precarização dos vínculos empregatícios e rebaixamento dos salários. Isso resulta em uma forma específica de trabalho, caracterizado por informalidade, baixa qualificação e remuneração, jornadas extenuantes e ausência de representação sindical. Os servidores públicos não podem ser vistos como um peso morto para o país e nem a presença do Estado como um empecilho ao desenvolvimento do mesmo.

Leia o artigo completo no site: www.sintestrn.org.br em “Espaço Aberto”.

Expediente



Rua das Angélicas, 225 - Mirassol
CEP: 59078 - 130 - Natal/ RN
Telefone: (84) 3234 7005
Whatsapp: (84) 3234-7005
Site: www.sintestrn.org.br
E-mail: contato@sintestrn.org.br

Este informativo é uma publicação sob responsabilidade do SINTEST/RN, entidade representativa dos funcionários da educação de ensino superior do RN.

Coordenação Geral
Edson Lima
Kaliane Moraes
M^a Aparecida Dantas de Araújo

Coordenação Financeira
Áurea Silva
Ricardo Sérgio Alves Lago

Coord. de Administração e Patrimônio
Pedro Neto L. de Oliveira
Edmilson Jerônimo da Silva

Coordenação Jurídica
José Maria Lucas
Wellington Gonçalves

Coord. de Comunicação
Enoleide Farias
Rodrigo Santos

Coordenação da Mulher Trabalhadora
Tházia Maria de Almeida Maia
Rudna Angélica

Coord. de Aposentados e Pensionistas
Celita Pessoa
Francisca Elionete

Coord. de Políticas Sociais
Cacau Vasconcelos
Priscila Siméia

Coordenação de Educação e Formação Sindical
Julyana Vilar
Márcilio Nunes

Coordenação de Integração e Política Sindical
M^a José Amâncio dos Santos
Mariza Pereira dos S. Souza

Suplentes
Viktor Gruska
Maria das Graças de Oliveira
Irene de Souza
Francisco de Assis Silva
Francisco das Chagas S. de Lima

Conselho Editorial
M^a Aparecida Dantas de Araújo
Edson Lima
Rodrigo Santos
Enoleide Farias
Pedro Neto L. de Oliveira
Viktor Gruska
Danielle Castro

Informações:
Tiragem: 500 exemplares
Edição e diagramação:
Danielle Castro DRT/RN 2179
Jornalista responsável:
Danielle Castro DRT/RN 2179
Revisão: Edson Lima, Enoleide Farias e Aparecida Dantas.